

MERCADO E NATUREZA

Aquilo a que chamamos terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem. Isolá-la e com ela formar um mercado foi talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais.

Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo – como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja. Por outro lado, um Grande Mercado é uma combinação de vida econômica que inclui mercados para os fatores da produção. Uma vez que esses fatores não se distingam dos elementos das instituições humanas, homem e natureza, pode-se ver claramente que a economia de mercado envolve uma sociedade cujas instituições estão subordinadas às exigências do mecanismo de mercado.

O pressuposto é tão utópico em relação à terra quanto em relação ao trabalho. A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, são as paisagens e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E, no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado.

Mais uma vez, é na área da colonização moderna que se torna manifesto o verdadeiro significado de tal empreendimento. É irrelevante, às vezes, se o colonizador precisa da terra em função das riquezas nela contidas ou se ele



deseja obrigar os nativos a produzir um excedente de alimentos e matérias-primas. E nem faz muita diferença se o nativo trabalha sob a supervisão direta do colonizador ou apenas coagido por uma compulsão indireta, o fato é que, qualquer que seja o caso, o sistema social e cultural da vida nativa tem de ser arrasado, antes de mais nada.

Existe uma estreita analogia entre a situação colonial de hoje em dia e a da Europa Ocidental de um ou dois séculos passados. A mobilização da terra, que pode ter sido comprimida em alguns poucos anos ou décadas nas regiões exóticas, pode ter levado o mesmo número de séculos na Europa Ocidental.

O desafio se originou do crescimento de outras formas do capitalismo, além das puramente comerciais. Com os Tudors, na Inglaterra, surgiu o capitalismo agrícola e sua necessidade de um tratamento individualizado para a terra, inclusive as conversões e os cercamentos. Já no início do século XVIII surgiu o capitalismo industrial que – tanto na França quanto na Inglaterra – foi basicamente rural e precisava de locais para seus moinhos e o alojamento dos trabalhadores. Mais poderosa ainda, embora afetasse mais o uso da terra do que a sua propriedade, foi a ascendência das cidades industriais, com sua exigência praticamente ilimitada de alimentos e matérias-primas durante o século XIX.

Superficialmente, havia pouca semelhança nas respostas a esses desafios e, no entanto, eles foram estágios na subordinação da superfície do planeta às exigências de uma sociedade industrial. O primeiro estágio foi a comercialização do solo, mobilizando o rendimento feudal da terra. O segundo foi o incremento da produção de alimentos e de matérias-primas orgânicas, para atender às exigências, em escala nacional, de uma produção industrial em rápido crescimento. O terceiro foi estender esse sistema de produção excedente aos territórios de além-mar e coloniais. Com esse último passo, a terra e sua produção se inseriram finalmente no esquema de um mercado autorregulável.

A comercialização do solo foi apenas outro nome para a liquidação do feudalismo, que se iniciou nos centros urbanos ocidentais, inclusive na Inglaterra, no século XIV, e terminou cerca de 500 anos mais tarde, no decurso das revoluções europeias, quando foram abolidos os remanescentes da servidão feudal. Tirar o homem da terra significava reduzir o corpo econômico a seus elementos, de forma que cada elemento pudesse inserir-se naquela parte do sistema onde fosse mais útil. O novo sistema se organizou, de início, lado a lado com o antigo, que ele tentou assimilar e absorver através da manutenção do controle daquela terra ainda ligada a laços pré-capitalistas. O sequestro feudal da terra foi abolido. “O objetivo era a eliminação de todas as reivindicações por

parte das organizações viril estirpe aristocráticas, que haviam a terra da comunidade pela força individual, parte pela guerra e parte administrativa, por escala, ao longo de um sorvido ou causar umas medidas tomadas tiraram fatores poderosos da Igreja, por exemplo do *Risorgimento* italiano, transferência ordenada.

Os maiores passos das reformas benthamicas para a prosperidade há entraves, doações...”. Uma tal liberdade da terra, em individual. Ampliar o resultado da legislação and Recoveries Act, sucessores,² é assim, grande parte do comércio para a classe média, hipoteca um contrato.

O segundo passo, necessidades de um não possa ser mobilizado transporte e a lei por sua forma, a falta de (missa) o comércio através conveniente dos recursos.

Brinkmann, C. Das S...

Dacey, A. V. Op. cit., p.

Ohlin, B. Interregional

parte das organizações de vizinhança ou de parentesco, principalmente as da viril estirpe aristocrática assim como as da Igreja – reivindicações que isentavam a terra da comercialização ou da hipoteca.¹ Parte desse objetivo foi atingido pela força individual e a violência, parte por revoluções do alto ou de baixo, parte pela guerra e a conquista, parte pela ação legislativa, parte por pressão administrativa, parte pela ação espontânea de pessoas privadas, em pequena escala, ao longo de muito tempo. O fato de esse transtorno ser rapidamente absorvido ou causar um ferimento aberto no corpo social dependeu basicamente das medidas tomadas para regular o processo. Os próprios governos introduziram fatores poderosos de mudança e ajustamento. A secularização das terras da Igreja, por exemplo, foi um dos fundamentos do estado moderno até a época do *Risorgimento* italiano e, bem a propósito, ele foi um dos meios principais da transferência ordenada da terra para as mãos de indivíduos privados.

Os maiores passos isolados foram dados pela Revolução Francesa e pelas reformas benthamitas das décadas de 1830 e 1840. “A condição mais favorável para a prosperidade da agricultura”, escreveu Bentham, “aparece quando não há entraves, doações inalienáveis, terras comuns, direitos de redenção, dízimos...”. Uma tal liberdade no tratamento da propriedade, especialmente a propriedade da terra, era parte essencial da concepção benthamita de liberdade individual. Ampliar essa liberdade, de qualquer maneira, foi o objetivo e o resultado da legislação do tipo dos *Prescriptions Acts*, dos *Inheritance Act*, *Fines and Recoveries Act*, *Real Property Act*, do amplo *Enclosure Act* de 1801 e seus sucessores,² é assim como os *Copyhold Acts* de 1841 até 1926. Na França, e em grande parte do continente, o *Code Napoléon* instituiu formas de propriedade para a classe média, transformando a terra em bem comerciável e tornando a hipoteca um contrato civil privado.

O segundo passo, que superou o primeiro, foi a subordinação da terra às necessidades de uma população urbana em rápida expansão. Embora o solo não possa ser mobilizado fisicamente, a sua produção pode, se os meios de transporte e a lei permitem. “Assim, a mobilidade dos bens compensa, de alguma forma, a falta de mobilidade interregional dos fatores; ou (o que é a mesma coisa) o comércio atenua as desvantagens da distribuição geográfica inconveniente dos recursos produtivos.”³ Uma noção como essa era totalmente es-

¹ Brinkmann, C. Das Soziale System des Kapitalismus. In: *Grundriss der Sozialökonomik*, 1924.

² Dicey, A. V. *Op. cit.*, p. 226.

³ Ohlin, B. *Interregional and International Trade*, 1935, p. 42.

tranha à perspectiva tradicional. “Nem na antiguidade, nem no princípio da Idade Média – e isto deve ser afirmado enfaticamente – eram regularmente comprados e vendidos os bens da vida cotidiana”.⁴ Suponha-se que os excedentes de cereais aprovisionariam a vizinhança, especialmente a cidade local, e até o século XV os mercados de trigo tinham uma organização estritamente local. Todavia, o crescimento das cidades induziu os senhores de terra a produzir basicamente para a venda no mercado e – na Inglaterra – o crescimento das metrópoles compeliu as autoridades a abrandar as restrições sobre o comércio do trigo e permitir-lhe tornar-se regional, embora nunca nacional.

A aglomeração das populações nas cidades industriais, na segunda metade do século XVIII, mudou completamente a situação, primeiro em escala nacional, depois em escala mundial.

Efetuar essa transformação foi o verdadeiro significado do livre-comércio. A mobilização do produto da terra se estendeu do campo vizinho para as regiões tropical e subtropical – a divisão do trabalho industrial-agrícola foi aplicada ao planeta. O resultado foi que os povos de zonas distantes foram engolfados pelo turbilhão da mudança, cujas origens eram obscuras para eles, enquanto as nações europeias se tornavam dependentes de uma integração, ainda não garantida na vida da humanidade, para as suas atividades cotidianas. Com o livre-comércio, as novas e tremendas casualidades da interdependência planetária ganharam corpo.

O escopo da defesa social contra o deslocamento total foi tão amplo quanto a frente do ataque. Embora a lei comum e a legislação apressassem a mudança em certas ocasiões, elas a atrasaram em outras. Todavia, a lei comum e a lei estatutária não atuavam necessariamente na mesma direção em qualquer tempo dado.

A lei comum desempenhou um papel eminentemente positivo no advento do mercado de trabalho – a teoria do trabalho como mercadoria foi apresentada em primeiro lugar, e enfaticamente, não por economistas, mas por advogados. Também no caso das combinações de trabalho e da lei de conspiração, a lei comum favoreceu um mercado livre de trabalho, embora isto significasse restringir a liberdade de associação dos trabalhadores organizados.

⁴ Bücher, K. *Entstehung der Volkswirtschaft*, 1904. Cf. também Penrose, E. F. *Population Theories and their Application*, 1934, que cita Longfield, 1834, como a primeira menção da ideia de que os movimentos das mercadorias podem ser vistos como substitutos para os movimentos dos fatores de produção.

No que diz respeito à terra, porém, a lei comum abandonou o seu papel de encorajadora da mudança, opondo-se a ela. Durante os séculos XVI e XVII, era mais frequente a lei comum insistir no direito do proprietário de melhorar a sua terra em seu proveito, mesmo que isto implicasse um grave deslocamento de habitações e emprego. Como sabemos, no continente, esse processo de mobilização estava sob a jurisdição da lei romana, enquanto na Inglaterra a lei comum se fez valer e conseguiu diminuir o abismo entre os direitos restritos da propriedade medieval e da propriedade individual moderna, sem sacrificar o princípio da lei jurídica, vital para a liberdade constitucional. Por outro lado, desde o século XVIII a lei comum da terra atuava como preservadora do passado em face da legislação modernizadora. Os benthamitas, porém, acabaram conseguindo o seu intento e, entre 1830 e 1860, a liberdade de contrato foi estendida à terra. Essa poderosa tendência só se inverteu na década de 1870, quando a legislação alterou radicalmente o seu curso. Havia começado o período “coletivista”.

A inércia da lei comum foi deliberadamente acentuada por estatutos expressamente votados para proteger as habitações e as ocupações das classes rurais contra os efeitos da liberdade de contrato. Desenvolveu-se um amplo esforço para assegurar algum grau de higiene e salubridade na moradia dos pobres, fornecer-lhes loteamentos, conceder-lhes a oportunidade de fugir das favelas e respirar o ar fresco da natureza, o “parque dos cavalheiros”. Infelizes irlandeses e favelados londrinos eram salvos do guante das leis de mercado através de atos legislativos destinados a proteger suas habitações contra o monstro – o progresso. No continente, foi principalmente a lei estatutária e a ação administrativa que salvaram o rendeiro, o camponês, o trabalhador agrícola dos efeitos mais violentos da urbanização. Prussianos conservadores, como Rodbertus, cujo socialismo *junker* influenciou Marx, eram irmãos de sangue dos democratas Tory da Inglaterra.

Surgiu, assim, o problema da proteção para as populações agrícolas de países e continentes inteiros. O comércio livre internacional, sem barreiras, deveria necessariamente eliminar organismos cada vez mais compactos de produtores agrícolas.⁵ Esse processo inevitável de destruição se agravava ainda mais com a descontinuidade inerente ao desenvolvimento dos meios de transporte modernos, demasiado dispendiosos para se estenderem às novas regiões do planeta, a menos que a recompensa fosse bastante alta. Realizados os grandes investimentos na construção de navios a vapor e ferrovias, continentes inteiros se abriam e uma avalanche de cereais invadiu a infeliz Euro-

⁵ Borkenau, F. *The Totalitarian Enemy*, 1939, capítulo Towards Collectivism.

pa. Isto contrariava o prognóstico clássico: Ricardo transformara num axioma que a terra mais fértil se consolidaria primeiro. Numa ironia espetacular, as ferrovias encontraram terras mais férteis nas antípodas. A Europa Central, temendo a destruição total da sua sociedade rural, se viu forçada a proteger o seu campesinato introduzindo leis do trigo.

Entretanto, se os estados organizados da Europa podiam se proteger contra a repercussão do comércio livre internacional, o mesmo não ocorria com os povos coloniais, politicamente não organizados. A revolta contra o imperialismo foi principalmente uma tentativa dos povos exóticos de alcançar o *status* político necessário para protegê-los das distorções sociais causadas pelas políticas comerciais europeias. A proteção de que o homem branco podia assegurar-se com facilidade, pelo *status* soberano de suas comunidades, estava fora do alcance do homem de cor enquanto lhe faltasse o pré-requisito – o governo político.

As classes comerciais patrocinaavam a exigência de mobilização da terra. Cobden deixou estarrecidos os senhores rurais da Inglaterra com sua descoberta de que cultivar a terra era um “negócio” e aqueles que estavam falidos deveriam abandoná-la. As classes trabalhadoras foram conquistadas pelo livre-comércio quando se tornou aparente que ele tornava o alimento mais barato. Os sindicatos profissionais se tornaram os bastiões do antiagrarianismo e o socialismo revolucionário estigmatizou o campesinato do mundo como massa indiscriminada de reacionários. A divisão internacional do trabalho foi um credo progressista, sem dúvida, e seus adversários eram recrutados, muitas vezes, entre aqueles cujo julgamento já estava viciado por interesses investidos ou por falta de inteligência natural. As poucas mentes independentes e desinteressadas que descobriram as falácias do comércio livre irrestrito eram em número demasiado pequeno para causar qualquer impacto.

Todavia, as suas consequências não foram menos reais pelo fato de não terem sido reconhecidos conscientemente. Com efeito, a grande influência exercida pelos interesses fundiários na Europa Ocidental e a sobrevivência de formas de vida feudal na Europa Central e Oriental durante o século XIX têm uma explicação cabal na função protetora vital dessas forças ao retardarem a mobilização da terra. A questão surgia sempre: o que permitiu à aristocracia feudal do continente manter sua influência num estado de classe média, quando já havia perdido as funções militar, jurídica e administrativa às quais deviam a sua ascendência? A teoria das “sobrevivências” aparecia às vezes como explicação, à mercê da qual instituições sem função ou certas características podem continuar a existir em virtude da inércia. Todavia, seria mais correto dizer que nenhuma instituição jamais sobrevive à sua função – quan-

do parece fazê-lo, é porque ela atende a alguma outra função, ou funções, que *não precisa incluir a original*. Assim, o feudalismo e o conservadorismo fundiário mantiveram a sua força enquanto serviram um propósito que, por acaso, foi o de restringir os efeitos desastrosos da mobilização da terra. Nessa ocasião, os adeptos do livre-comércio já haviam esquecido que a terra era parte do território do país, e que o caráter territorial de soberania não era apenas um resultado de associações sentimentais, porém, de fatos concretos, inclusive fatos econômicos. “Em contraste com os povos nômades, o cultivador se incumbem de aperfeiçoamentos *determinados para um lugar particular*. Sem esses aperfeiçoamentos, a vida humana continuaria a ser elementar e pouco diferente da dos animais. E quão grande foi o papel desempenhado por essas benfeitorias na história humana! São elas as terras limpas e cultivadas, as casas e outras construções, os meios de comunicação, a fábrica multiforme necessária à produção, inclusive a indústria e a mineração, todos os aperfeiçoamentos permanentes e irremovíveis que ligam uma comunidade humana à localidade em que se situa. Eles não podem ser improvisados, têm de ser construídos gradualmente, por gerações de esforço paciente, e a comunidade não pode se permitir sacrificá-los e começar novamente em outro lugar. Daí o caráter *territorial* da soberania que impregna nossas concepções políticas.”⁶ Durante um século essas verdades óbvias foram ridicularizadas.

O argumento econômico podia se ampliar facilmente, de forma a englobar as condições de segurança e estabilidade ligadas à integridade do solo e dos seus recursos – o vigor e a perseverança da população, a abundância de alimentos, a quantidade e o caráter dos materiais de defesa, até mesmo o clima do país, que podia sofrer com o desnudamento das florestas, as erosões e as dunas, tudo aquilo que, em última análise, depende do fator terra, embora nenhuma das quais responda ao mecanismo de oferta e procura do mercado. Dado um sistema inteiramente dependente das funções do mercado para a defesa das suas necessidades existenciais, a confiança voltar-se-á naturalmente para aquelas forças fora do sistema de mercado capazes de proteger os interesses comuns ameaçados por aquele sistema. Essa perspectiva combina com a apreciação que fazemos das verdadeiras fontes de influência da classe: ao invés de tentar explicar os acontecimentos que ocorrem, contrariamente, à tendência geral da época, através da influência (inexplicável) das classes reacionárias, preferimos explicar a influência de tais classes pelo fato de que elas, embora casualmente, apoiam os acontecimentos só aparentemente contrários ao interesse geral da comunidade. O fato dos seus próprios

⁶ Hawtrey, R.G. *The Economic Problem*, 1933.

interesses serem quase sempre bem-atendidos por uma tal política apenas oferece mais uma ilustração da verdade do fato de que as classes conseguem se aproveitar, desproporcionalmente, daqueles mesmos serviços que parecem prestar à comunidade como um todo.

A Speenhamland aparece como exemplo. O proprietário rural que dominava a aldeia descobriu uma forma de diminuir a alta dos salários rurais e a distorção que ameaçava a estrutura tradicional da vida aldeã. A longo prazo, o método escolhido estava fadado a produzir os resultados mais nefastos. Os proprietários rurais, porém, não poderiam manter os seus métodos, a não ser que, ao fazê-lo, eles tenham ajudado o país como um todo a enfrentar o vagalhão da Revolução Industrial.

No continente europeu o protecionismo agrário também foi uma necessidade. As forças intelectuais mais ativas da época, porém, estavam engajadas numa aventura que modificou seu ângulo de visão, de forma a lhes ocultar o verdadeiro significado da condição agrária. Sob as circunstâncias, um grupo capaz de representar os interesses rurais ameaçados poderia adquirir uma influência fora de proporção com o seu número. O contramovimento protecionista na verdade conseguiu estabilizar o campo europeu e enfraquecer o fluxo em direção às cidades, que era o tormento da época. A reação foi a beneficiária de uma função socialmente útil que lhe coube executar. A mesma função que permitiu às classes reacionárias da Europa jogar com os sentimentos tradicionais em sua luta por tarifas agrárias foi responsável, na América do Norte, cerca de meio século mais tarde, pelo sucesso da TVA e outras técnicas sociais progressistas. As mesmas necessidades da sociedade que beneficiaram a democracia no Novo Mundo fortaleceram a influência da aristocracia no Velho Mundo.

A oposição à mobilização da terra foi o pano de fundo sociológico na luta entre o liberalismo e a reação que constituiu a história política da Europa continental no século XIX. Nessa luta, os militares e o clero mais elevado eram aliados das classes fundiárias, que haviam praticamente perdido suas funções mais imediatas na sociedade. Essas classes estavam prontas para qualquer solução reacionária do *impasse* ao qual ameaçava conduzir a economia de mercado e seu corolário, o governo constitucional, já que, por tradição e ideologia, elas não estavam ligadas às liberdades públicas e regras parlamentares.

Em resumo, o liberalismo econômico estava aferrado ao estado liberal, enquanto o mesmo não ocorria com os interesses fundiários – esta foi a fonte do seu significado político permanente no continente, que produziu

as correntes cruzadas da política prussiana sob Bismarck, que alimentou a revanche clerical e militarista na França, que garantiu a influência da aristocracia feudal na corte do império dos Habsburgos, que fez da Igreja e do exército os guardiães dos tronos em derrocada. Uma vez que a ligação sobreviveu às duas gerações críticas que John Maynard Keynes indicou como a alternativa prática da eternidade, a terra e a propriedade fundiária recebiam agora a pecha de um preconceito congênito de reação. A Inglaterra do século XVIII, com o seu livre-comércio Tory e seus pioneiros agrários, já estava tão esquecida quanto os açambarcadores Tudors e seus métodos revolucionários de ganhar dinheiro com a terra. Os senhores de terra fisiocratas, da França e da Alemanha, com seu entusiasmo pelo comércio livre, foram obliterados da mentalidade pública pelo preconceito moderno do atraso permanente do cenário rural. Herbert Spencer, para quem uma geração era suficiente como amostra de eternidade, identificava simplesmente o militarismo com a reação. A adaptabilidade social e tecnológica, recentemente demonstrada pelos exércitos japonês, russo e nazista alemão, seria inconcebível para ele.

É claro que tais pensamentos eram limitados pela época. As estupendas realizações industriais da economia de mercado haviam sido atingidas ao preço de grande dano para a substância da sociedade. As classes feudais encontraram aí uma oportunidade para recuperar parte do prestígio perdido, transformando-se em defensoras das virtudes da terra e dos seus cultivadores. No romantismo literário, a natureza havia feito uma aliança com o passado; no movimento agrário do século XIX, o feudalismo tentava, às vezes com sucesso, recuperar seu passado apresentando-se como o guardião do *habitat* do homem, o solo. Se o perigo não fosse genuíno, o estratagema não surtiria efeito.

O exército e a Igreja também adquiriram prestígio por estarem aptos a “defender a lei e a ordem”, agora mais vulneráveis, enquanto a classe média dominante não estava aparelhada para garantir essa exigência da nova economia. O sistema de mercado era mais alérgico a tumultos do que qualquer outro sistema econômico que conhecemos. Os governos Tudors dependiam dos tumultos para chamar a atenção para as reclamações locais; alguns líderes podiam ser enforcados, mas não havia outros danos. A ascensão do mercado financeiro significou uma ruptura total nessa atitude; após 1797, o tumulto deixou de ser um aspecto popular da vida londrina e seu lugar foi sendo ocupado, gradualmente, por reuniões nas quais, pelo menos no princípio, era escasso o número de participantes, pois, do contrário, elas

seriam dissolvidas.⁷ O rei prussiano que proclamou que manter a paz era o primeiro e mais importante dever do súdito ficou famoso por esse paradoxo que, no entanto, logo tornou-se um lugar-comum. No século XIX, os rompimentos da paz, se feitos por multidões armadas, eram considerados rebeliões incipientes e um grande perigo para o estado: as ações entravam em colapso e não havia mais fundo para os preços. Uma desordem com tiroteio nas ruas da metrópole podia destruir parte representativa do capital nacional nominal. E, no entanto, as classes médias eram antimilitares; a democracia popular se orgulhava de dar voz às massas. No continente, a burguesia ainda se apegava à lembrança da sua juventude revolucionária, quando ela própria enfrentara uma aristocracia tirânica nas barricadas. O campesinato, menos contaminado pelo vírus liberal, foi casualmente reconhecido como o único estrato que os apoiaria na manutenção “da lei e da ordem”. Compreendeu-se que uma das funções da reação era manter as classes trabalhadoras em seu lugar, de forma a não ocorrer pânico nos mercados. Embora esse serviço fosse exigido com pouca frequência, a disponibilidade do campesinato como defensor do direito de propriedade era um trunfo para a área agrária.

A história da década de 1920 não poderia ter outra explicação. Na Europa Central, quando a estrutura social ruiu sob a pressão da guerra e da derrota, só a classe trabalhadora estava apta para a tarefa de manter as coisas em andamento. Assim, em todos os lugares, atribuiu-se poder aos sindicatos profissionais e partidos social-democratas: a Áustria, a Hungria e até mesmo a Alemanha foram declaradas repúblicas, embora não se soubesse da existência de um partido republicano ativo em qualquer desses países. Entretanto, logo que passou o período mais agudo da dissolução e os serviços dos sindicatos profissionais se tornaram supérfluos, as classes médias tentaram excluir as classes trabalhadoras de toda influência na vida pública. Esta é conhecida como a fase contrarrevolucionária do período pós-guerra. Na verdade, jamais existiu o perigo real de um regime comunista, pois os operários estavam organizados em partidos e sindicatos ativamente hostis aos comunistas. (Na Hungria, o episódio bolchevista foi literalmente imposto ao país, quando a defesa contra a invasão francesa não deixou

⁷ Trevelyan, G. M. *History of England*, 1926, p. 533. “A Inglaterra, sob Walpole, ainda era uma aristocracia temperada por tumultos.” A canção “The Riot”, do “depósito” de Hannah More, foi escrita “em noventa e cinco, um ano de escassez e alarme” – foi o ano da Speenhamland. Cf. *The Repository Tracts*, vol. I, Nova York, 1835. Também *The Library*, 1940, quarta série, vol. XX, p. 295 da *Cheap Repository Tracts (1795-1798)*.

outra alternativa à nação.) O perigo não era o bolchevismo, mas o desprezo às regras da economia de mercado por parte dos sindicatos profissionais e partidos da classe trabalhadora, numa emergência. Sob uma economia de mercado, as interrupções às vezes inofensivas da ordem pública e das práticas comerciais podiam representar uma ameaça letal,⁸ já que podiam acarretar a quebra do regime econômico do qual a sociedade dependia, para o seu pão cotidiano. Isto explica a mudança marcante ocorrida em alguns países, de uma supostamente iminente ditadura do operariado industrial para a verdadeira ditadura do campesinato. Durante a década de 1930, o campesinato determinou a política econômica de uma série de estados nos quais normalmente desempenharia um papel modesto. Mas ele era agora a única classe apta a manter a lei e a ordem, no sentido moderno muito revigorado do termo.

O agrarianismo feroz da Europa pós-guerra é apenas uma ilustração do tratamento preferencial dispensado à classe camponesa por razões políticas. Desde o movimento Lappo, na Finlândia, até o *Heimwehr* austríaco, os camponeses provaram ser os campeões da economia de mercado, o que os tornou politicamente indispensáveis. A escassez de alimentos nos primeiros anos do pós-guerra, à qual muitas vezes se credita a ascendência deles, na verdade, pouco teve a ver com isto. A Áustria, por exemplo, para poder beneficiar financeiramente os camponeses, teve de baixar seus padrões alimentícios impondo taxações aos cereais, embora dependesse fortemente das importações para atender as suas exigências alimentares. O interesse camponês tinha de ser defendido a todo custo, ainda que o protecionismo agrário significasse miséria para os habitantes da cidade e um custo irracionalmente elevado da produção para as indústrias de exportação. A classe dos camponeses, anteriormente pouco influente, ganhou assim uma ascendência bastante desproporcional à sua importância econômica. O medo do bolchevismo era a força que tornava inexpugnável a sua posição política. Esse receio, porém, como vimos, não era o medo de uma ditadura da classe trabalhadora – não havia qualquer perspectiva de algo remotamente semelhante – mas o medo de uma paralisia na economia de mercado, a menos que fossem eliminadas do cenário político todas as forças que, sob coação, poderiam colocar de lado as regras do jogo de mercado. Enquanto os camponeses eram a única classe capaz de eliminar

⁸ Hayes, C. *A Generation of Materialism, 1870-1890*, observa que a maioria dos estados individuais, pelo menos na Europa Central e Ocidental, possuía agora uma estabilidade interna aparentemente exagerada.

essas forças, seu prestígio permaneceu elevado e eles puderam exercer pressão sobre a classe média urbana. Entretanto, com a consolidação do poder do estado e – mesmo antes disso – com a arregimentação da classe média baixa urbana para a formação das tropas de choque fascistas, a burguesia se libertou da sua dependência ao campesinato e o prestígio desse último decaiu rapidamente. Uma vez neutralizado ou diminuído o “inimigo interno”, nas cidades e fábricas, o campesinato foi relegado à sua modesta posição anterior na sociedade industrial.

A influência dos grandes proprietários rurais não partilhou, porém, desse eclipse. Um fator mais constante trabalhava a seu favor – a crescente importância militar da autossuficiência agrícola. A Grande Guerra havia tornado públicos os fatos estratégicos básicos, e a dependência irrestrita ao mercado mundial cedeu lugar a uma acumulação pânica da capacidade de produzir alimentos. A “reagrarianização” da Europa Central, iniciada pelo medo bolchevique, foi completada sob o signo da autarquia. Além do argumento do “inimigo interno”, havia agora o do “inimigo externo”. Os economistas liberais, como sempre, viam apenas uma aberração romântica provocada por doutrinas econômicas pouco sólidas, quando, na realidade, os acontecimentos políticos despertavam até mesmo as mentes mais simples para a irrelevância das considerações econômicas em face da dissolução iminente do sistema internacional. Genebra prosseguia nas suas fúteis tentativas de convencer os povos de que se precaviam contra perigos imaginários e que, se todos agissem em uníssono, o livre-comércio poderia ser restaurado e beneficiaria a todos. Na atmosfera curiosamente crédula da época, muitos consideravam que a solução do problema econômico (o que quer que isto significasse) não evitaria apenas a ameaça de guerra, mas a afastaria para sempre. Uma paz de cem anos havia criado uma muralha intransponível de ilusões, que ocultava os fatos. Os autores desse período se excediam pela falta de realismo. O estado-nação era considerado um preconceito paroquial por A. J. Toynbee, a soberania, uma ilusão ridícula por Ludwig von Mises, a guerra, um cálculo errado dos negócios por Norman Angell. A percepção da natureza fundamental dos problemas da política caiu a um nível sem precedentes.

O livre-comércio, que em 1846 havia sido combatido e fora vitorioso com as Corn Laws, 80 anos mais tarde, foi combatido novamente, e desta vez perdeu em relação ao mesmo assunto. Desde o seu início, o problema da autarquia assombrava a economia de mercado. Assim, os liberais econômicos exorcizavam o espectro da guerra e baseavam ingenuamente seu caso no pressuposto de uma economia de mercado indestrutível. Passou

despercebido que seus argumentos apenas demonstravam quão grande era o perigo para a segurança de um povo depender de uma instituição tão frágil quanto um mercado autorregulável. O movimento autárquico da década de 1920 foi essencialmente profético: ele mostrou a necessidade de se ajustar ao desaparecimento de uma ordem. A guerra revelara o perigo e os homens agiram em conformidade com ele, mas, como fariam 10 anos mais tarde, a ligação entre causa e efeito foi descartada como irracional. “Por que proteger-se contra perigos ultrapassados?” Era o comentário de muitos contemporâneos. Essa lógica capenga obscureceu não só a compreensão da autarquia, mas também do fascismo, muito mais importante. Na verdade, ambos eram explicados pelo fato de que, quando a mente comum recebe a impressão de um perigo, o medo permanece latente enquanto não se removem as suas causas.

Sustentamos que as nações da Europa jamais superaram o choque da experiência de guerra que as confrontou, inesperadamente, com os perigos da interdependência. O comércio foi retomado em vão, e foi em vão que uma série de conferências internacionais exibiu idílios da paz e que dúzias de governos se declararam a favor do princípio da liberdade de comércio – nenhum povo podia esquecer que nem uma moeda sólida, nem um crédito ilimitado poderia salvá-lo do seu desamparo, a menos que ele tivesse a posse dos seus próprios alimentos e de fontes de matérias-primas ou a garantia do acesso militar a eles. Nada havia de mais lógico do que a solidez dessa consideração fundamental que modelou a política das comunidades. A fonte do perigo não fora removida; por que esperar então que o medo se dissipasse?

Uma falácia semelhante enganava aqueles críticos do fascismo – e eles eram maioria – que o descreviam como uma extravagância isenta de qualquer *ratio* político. Mussolini alegava ter evitado o bolchevismo na Itália, dizia-se, mas as estatísticas comprovaram que a onda de greves já havia diminuído mais de um ano antes da Marcha sobre Roma. Trabalhadores armados haviam ocupado as fábricas em 1921, admitia-se, mas seria essa uma razão válida para desarmá-los em 1923, quando eles já haviam abandonado, há muito, os muros onde montavam guarda? Hitler sustentava ter salvo a Alemanha do bolchevismo. Mas não se podia demonstrar, então, que o fluxo de desemprego que precedera a sua ascensão a chanceler já havia diminuído antes mesmo da sua subida ao poder? Alegar que ele havia impedido aquilo que não mais existia quando ele apareceu, como se argumentava então, era contrário à lei de causa e efeito que também deve contar na política.

Na verdade, tanto na Alemanha quanto na Itália, a história do período imediato pós-guerra provou que o bolchevismo não tinha mais a remota

possibilidade de sucesso. Mas ele provou também, conclusivamente, que, numa emergência, a classe trabalhadora, seus sindicatos profissionais e partidos podiam abandonar as regras do mercado que estabeleciam a liberdade do contrato e a santidade da propriedade privada como algo absoluto – uma possibilidade que poderia ter os efeitos mais deletérios sobre a sociedade, desencorajando investimentos, impedindo a acumulação do capital, mantendo os salários em nível não remunerativo, ameaçando a moeda, minando o crédito estrangeiro, enfraquecendo a confiança e paralisando o empreendimento. A fonte do medo latente que, numa conjuntura crucial, se transformou no pânico fascista, não foi o perigo ilusório de uma revolução comunista, mas o fato inegável de que as classes trabalhadoras estavam em posição de forçar intervenções possivelmente ruins.

Os perigos que ameaçam o homem e a natureza não podem ser separados simplesmente. As reações da classe trabalhadora e do campesinato à economia de mercado levaram ao protecionismo, a primeira principalmente sob a forma de uma legislação social e leis fabris, a última sob a forma de tarifas agrárias e leis fundiárias. Todavia, havia essa importante diferença: numa emergência, os fazendeiros e os camponeses da Europa defenderam o sistema de mercado que a política das classes trabalhadoras ameaçava. Embora a crise do sistema inerentemente instável fosse acarretada por ambas as alas do movimento protecionista, os estratos sociais ligados à terra estavam inclinados a um compromisso com o sistema de mercado, enquanto a ampla classe do trabalho não se furtava a quebrar suas regras e desafiá-lo abertamente.

